



## EXPERIÊNCIAS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA VALE DO TINGUÁ – NOVA IGUAÇU/RJ

 **Clodoaldo Ferreira de Oliveira**

Mestre em Educação.

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME/RJ.

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

[clodoaldohistoria@gmail.com](mailto:clodoaldohistoria@gmail.com)

 **Marília Lopes Campos**

Doutora em Ciências Sociais.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

[marília.campos@yahoo.com.br](mailto:marília.campos@yahoo.com.br)

 **Ramofly Bicalho**

Doutor em Educação.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

[ramofly@gmail.com](mailto:ramofly@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas em educação do campo e pedagogia da alternância, na estreita articulação com os movimentos sociais, numa perspectiva histórica e emancipadora, desenvolvida no PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nosso objetivo principal foi compreender o processo de construção das experiências dessa Pedagogia da Alternância na Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, e suas interfaces com as relações humanas. A pesquisa documental foi desenvolvida em acervos bibliográficos e entrevistas com os educadores que atuam na Escola. Entre as fontes de investigação, utilizamos legislações, portarias, decretos e referenciais teóricos sobre Pedagogia da Alternância e educação do campo nos movimentos sociais, em especial, Begnami (2004); Gimonet (2007); Freire (2002); Molina (2006) e Caldart (2012). Os resultados mostram que a educação do campo, além de constituir um universo imensurável de sabedorias na área das Ciências Humanas e Sociais, contribui na resistência da classe oprimida, tendo em vista que os saberes tradicionais e plurais dos povos do campo foram, por algum motivo, silenciados, soterrados e esquecidos, em detrimento dos interesses do capital hegemônico opressor. Cabe aos educadores, educandos e movimentos sociais, em favor dos oprimidos, desenvolverem pesquisas que colaborem com o empoderamento da classe trabalhadora camponesa.

**Palavras-chave:** educação do campo; movimentos sociais; pedagogia da alternância; políticas públicas.

**Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)**

OLIVEIRA, Clodoaldo Ferreira de; CAMPOS, Marília Lopes; BICALHO, Ramofly. Experiências da pedagogia da alternância na Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá – Nova Iguaçu/RJ. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 68, p. 1-17, e24418, jan./mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n68.24418>



*EXPERIENCES OF PEDAGOGY OF ALTERNANCE AT MUNICIPAL SCHOOL OF AGROECOLOGY VALE DO TINGUÁ - NOVA IGUAÇU / RJ*

**Abstract:** This article is the result of research carried out in rural education and pedagogy of alternation, in close articulation with social movements, in a historical and emancipatory perspective, developed in the PPGEA - Postgraduate Program in Agricultural Education, of UFRRJ - Universidade Federal Rural from Rio de Janeiro. Our main objective was to understand the construction process of the experiences of this Pedagogy of Alternation at the Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, and its interfaces with human relations. The documental research was developed in bibliographic collections and interviews with the educators that work in the School. Among the sources of investigation, we used legislation, ordinances, decrees and theoretical references on Pedagogy of Alternation and rural education in social movements, in particular, Begnami (2004); Gimonet (2007); Freire (2002); Molina (2006) e Caldart (2012). The results show that rural education, in addition to constituting an immeasurable universe of wisdom in the area of Human and Social Sciences, contributes to the resistance of the oppressed class, considering that the traditional and plural knowledge of rural peoples were, for some reason, silenced, buried and forgotten, to the detriment of the interests of oppressive hegemonic capital. It is up to educators, students and social movements, in favor of the oppressed, to develop research that collaborates with the empowerment of the peasant working class.

**Keywords:** rural education; social movements; alternation pedagogy; public policies.

*EXPERIENCIAS DE PEDAGOGÍA DE ALTERNANCIA EN LA ESCUELA MUNICIPAL DE AGROECOLOGÍA VALE DO TINGUÁ – NOVA IGUAÇU/RJ*

**Resumen:** El presente artículo es fruto de las investigaciones realizadas en la educación del campo y la pedagogía de la alternancia, na estreita articulação com os movimentos sociais, numa perspectiva histórica e emancipadora, desenvolvida no PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nuestro objetivo principal es comprender el proceso de construcción de las experiencias de la Pedagogía da Alternância na Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, y sus interfaces con las relaciones humanas. A pesquisa documental foi desenvolvida em acervos bibliográficos e entrevistas com os educadores que atuam na Escola. Entre as fontes de investigação, utilizamos legislações, portarias, decretos e referenciais teóricos sobre Pedagogia da Alternância e educação do campo nos movimentos sociais, em especial, Begnami (2004); Gimonet (2007); Freire (2002); Molina (2006) y Caldart (2012). Los resultados muestran que la educación del campo, además de constituir un universo inmensurable de saberes en el área de las Ciencias Humanas y Sociales, contribuye a la resistencia de la clase oprimida, tendo em vista que los saberes tradicionales y plurales de los povos del campo foram, por algún motivo, silenciados, soterrados e esquecidos, en detrimento de los intereses del capital hegemónico opresor. Cabe aos educadores, educandos e movimentos sociais, em favor dos oprimidos, desenvolverem pesquisas que colaboran con o empoderamento da classe trabalhadora camponesa.

**Palabras clave:** educación rural; movimientos sociales; pedagogía de la alternância; políticas públicas.

## Introdução

O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas em Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, na estreita articulação com os movimentos sociais, numa perspectiva histórica e emancipadora, desenvolvida no PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nosso objetivo principal foi compreender o processo de construção das experiências dessa Pedagogia da Alternância na Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, e suas interfaces com as relações humanas, tornando-se um instrumento metodológico relevante na construção, interpretação e reinterpretação dos processos históricos e sociais, em diálogo com os princípios da educação do campo.

A pesquisa documental foi desenvolvida, predominantemente, em acervos bibliográficos e entrevistas com os educadores que atuam na Escola de Agroecologia Vale do Tinguá. Entre as fontes de investigação, utilizamos legislações, portarias, decretos e referenciais teóricos sobre Pedagogia da Alternância e educação do campo nos movimentos sociais, em especial, Begnami (2004); Gimonet (2007); Freire (2002); Molina (2006) e Caldart (2012). Apoiamo-nos numa perspectiva sociológica de investigação e explicação dos processos sociais de participação dos sujeitos camponeses, enquanto seres históricos e culturais.

Durante a primeira metade do século XX, ganhou força na França uma metodologia de ensino (Gimonet, 2007) visando integrar o estudante que vive no campo à sua realidade cotidiana, ou seja, não apenas em relação à forma de trabalho, mas como o indivíduo se relacionava com o meio, bem como, a promoção das constantes trocas de conhecimentos entre os diversos sujeitos, incluídos aqui, educadores e educandos. Assim, em 1935, na França, com o surgimento da primeira *Maison Familiale Rurales* (MFRs) desenvolveram-se as primeiras experiências de uma proposta denominada Pedagogia da Alternância (PA). Segundo (Nosella, 2012, p. 46):

A história das Escolas-Família é antes de tudo a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo no meio do povo do interior francês, compartilhando a mesma vida, carregando o mesmo passado de injustiças, sofrendo as mesmas pressões. Foi a ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico.

A proposta da alternância propagou-se pela França graças à iniciativa de grupos de agricultores descontentes com as orientações educacionais ofertadas pelo sistema da época, que

não contemplava a realidade, as histórias de vida e especificidades vividas pelos camponeses. Cabe ressaltar neste recorte temporal, que a Europa passou por momentos turbulentos, refletindo vigorosamente no meio rural do país. Em meio à crise econômica, motivada pelo período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Estado estimulou a mecanização do campo, em função da escalada do capitalismo industrial. Como consequência, constata-se o enfraquecimento da pequena produção, o aumento do desemprego e da desigualdade no campo. Analisando o referido contexto, marcado por inferências políticas, econômicas e sociais, percebe-se que o cenário foi favorável para o surgimento, naquele grupo, de questões referentes à formação social, profissional e pedagógica dos jovens, tendo como eixo norteador, a realidade cotidiana, valorização e desenvolvimento do meio rural (Nosella, 2012).

Importante ressaltar que esse é o período de emergência das “Pedagogias Ativas”. Elas atribuíam aos estudantes, um papel de protagonistas e investigadores do seu próprio processo de construção do conhecimento e não apenas “receptor”. Daí as relações da Pedagogia da Alternância com Freinet (2004). Observando este complexo palco de acontecimentos, entende-se que a Pedagogia da Alternância manifestou-se, como proposta educacional, a partir da necessidade de construção de processos educativos que satisfizessem os anseios psicossociais dos adolescentes e proporcionasse a profissionalização dos jovens em atividades agrícolas. Essas questões poderiam colaborar no desenvolvimento socioeconômico do meio em que vive, integrando formação profissional dos jovens com valores humanos, responsabilidade e fortalecimento das famílias, no sentido de possibilitar o desenvolvimento dos sujeitos, individuais e coletivos (Bicalho; Oliveira, 2017).

Visando proporcionar aos estudantes do campo condições de acesso ao conhecimento escolar, a Pedagogia da Alternância buscava, por meio de tempos e espaços alternados, manter a permanência dos jovens no seio dos valores familiares e comunitários, através do trabalho agrícola. Ou seja, valorizava-se a promoção do aprendizado além do espaço escolar. Ao alternar períodos na escola e em seu meio de vida, os estudantes tinham a oportunidade de construir seus próprios conhecimentos, no diálogo entre o saber cotidiano, pautado na prática e no trabalho agrícola familiar, adquirido e transmitido através das gerações, e o saber escolar, possibilitando aos estudantes, a apropriação dos conhecimentos técnicos e científicos.

Nesse ambiente, são geradas as condições satisfatórias para permanência dos jovens no campo, em diálogo com as questões da escolaridade e os princípios defendidos no meio rural. Com as Casas *Familiares Rurais* e a Pedagogia da Alternância, foi possível a formação inicial dos jovens, privilegiando o desenvolvimento da responsabilidade e o fortalecimento das famílias no meio rural. Esta tentativa de provocar e compreender a organicidade do meio,

contribuiu no desenvolvimento pedagógico e administrativo das escolas rurais. Mesmo em meio ao conflito belicoso que assolava a Europa, os processos educativos das *Maison Familiale Rurales*, consolidaram-se. Em 1942, foi constituída a *União das Maisons Familiaes Rurales* (UNMFRs). Esta instituição tinha como objetivo principal garantir a expansão e o enraizamento dos conceitos norteadores que fundamentavam os pilares da educação voltada para os jovens. Ou seja, formação integral, instrução, educação e formação da personalidade segundo os princípios familiares (Begnami, 2004).

Diante desta perspectiva de formação, fundamentada no esteio da interação entre os diferentes sujeitos, espaços de saberes e responsabilidades compartilhadas, a Pedagogia da Alternância adquiriu destaque, consolidando-se após a segunda metade da década de 1940. Contudo, foi a partir da década de 1950, que as MFRs adquiriram verdadeiro brio, a ponto de ultrapassar os limites territoriais franceses. Sua expansão foi na direção de outras nações europeias, como Portugal e Espanha, atingindo, inclusive, outros continentes, como a África e América. No ano de 1975, com a organização da *Associação Internacional das Maisons Familiaes Rurales* (AIMFR), alcança outro patamar histórico. Seu objetivo principal, seria difundir, representar e integrar as demais MFRs espalhadas pelo mundo (Silva, 2012).

### **Breve Histórico da Escola Família Agrícola (EFA) no Brasil**

A organização da AIMFR foi um marco importante no processo de institucionalização dos conceitos da educação voltada para o atendimento das especificidades dos jovens estudantes do meio rural. Foi a partir dessa organização que outras nações adquiriram elementos teórico-metodológicos para aplicarem em suas realidades. No Brasil, as primeiras experiências pertinentes às *Maisons Familiaes Rurales* surgiram antes chegada da associação em nosso território. Foi na década de 1960, mais precisamente no Estado do Espírito Santo, sob a influência da Igreja Católica, que as primeiras atividades pedagógicas voltadas às famílias camponesas, revelaram-se (Silva, 2012; Begnami, 2004).

O cotidiano no campo brasileiro, sobretudo, no que diz respeito às questões educacionais à época, assemelhava-se com a realidade dos camponeses franceses no período de organização das primeiras “*maisons*”. A falta de escolas do campo para atendimento dos estudantes e seu marcante abandono estrutural, além de currículos inadequados e carência de investimentos, era parte do projeto hegemônico vigente de caráter urbano-industrial, tendo no sistema capitalista, sua base de sustentação teórico-metodológica. Promover o esvaziamento do campo e a potencialização do êxodo rural, eram prioridades absolutas nesse contexto histórico.

Por outro lado, foi necessário que os sujeitos, individuais e coletivos, organizados, rompessem com uma série de critérios que prejudicavam a permanência dos estudantes na escola do campo, enaltecendo a proposição de projetos pautados na valorização das histórias, memórias e realidades dos agricultores.

Neste contexto de adversidades ao meio rural, surgiu a Escola Família Agrícola (EFA), no bojo de uma conjuntura marcada pelos valores do capitalismo agroexportador, pautado, predominantemente, na mecanização. Ao mesmo tempo, desvalorizava os antigos hábitos e saberes advindos das memórias dos sujeitos camponeses, promovendo, paulatinamente, um esquecimento coletivo (Pollak, 1989). Nesse cenário, não havia por parte dos sistemas educacionais que compunham o poder público, preocupação com o meio ambiente, agricultura familiar, sustentabilidade e, principalmente, a formação dos camponeses. Nessa conjuntura, a sociedade brasileira estava a reboque do contexto econômico agrícola ditado pela denominada, Revolução Verde. Foi denominada de Revolução Verde, as inovações tecnológicas que ocorreram na agricultura, a partir da década de 1940, para obter maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo, atendendo os anseios do capitalismo industrial no aumento pelo lucro e redução dos custos com a mão de obra humana (Lazzari; Souza, 2017).

Na Escola Família Agrícola (EFA), a educação, em diálogo com a valorização dos camponeses, tornou-se fundamental. O intuito era estabelecer um maior desenvolvimento da terra e possibilitar melhores condições de vida desses sujeitos, através da autoformação. Importante reafirmar que as propostas de alternância partem tanto desta perspectiva quanto da possibilidade dos sujeitos do campo se autocompreenderem e atuarem-organizar (Bicalho; Abbonizio, 2016). Ao observar a conjuntura brasileira, a partir do contexto histórico, pode-se considerar que a criação das Escolas Famílias Agrícola se constituiu num processo de resistência dos sujeitos, individuais e coletivos, do campo, frente à imposição hegemônica de poder. A ausência de políticas públicas voltadas às classes menos favorecidas, marcantes em nossa sociedade, contribuiu na implementação de um universo de saberes nos espaços do meio rural, na perspectiva da educação popular. Essa questão é bastante propícia para os debates acerca da educação do campo na atualidade, à beira de um brutal processo de exclusão e desescolarização das classes populares (Campos; Lobo, 2016).

O quadro contraditório vivenciado nos campos brasileiros motivou o surgimento, no estado do Espírito Santo, do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Este movimento de agricultores teve como base, a promoção e propagação das experiências das EFAs, desempenhando um papel preponderante na consolidação e expansão dos processos

educativos voltados para o atendimento das expectativas da realidade camponesa, especialmente, no que diz respeito à Pedagogia da Alternância (Sacramento, Oliveira & Campos, 2018). As Escolas Famílias Agrícola foram se expandindo e estabelecendo-se em outros estados brasileiros, em especial, a partir da segunda metade da década de 1980, período de institucionalização das EFAs vinculada à União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) (Begnami, 2004).

### **Educação do Campo em Nova Iguaçu: a experiência da Escola Família Agrícola (EFA) de Tinguá**

Acompanhando os debates acerca da educação de qualidade, em especial, para aqueles que vivem no campo, o município de Nova Iguaçu presenciou, segundo as suas especificidades, processos semelhantes aos analisados até então. A presença constante do processo de dominação hegemônica proveniente do grande capital, marcou de forma determinante a realidade agrária da cidade, acentuando a heterogeneidade dos problemas que afligem seus habitantes, tais como: ineficiência de investimentos, principalmente, públicos, disputas territoriais e êxodo rural (Alentejano, 2005). Enfim, um conjunto de fatores que dificultam a sobrevivência dos sujeitos, individuais e coletivos, do campo em seu território. Dificuldades, inclusive, sobre os aspectos educacionais, com constantes inquietações, pois os investimentos públicos municipais no campo eram bastante exíguos e, predominantemente, destinados ao atendimento das demandas econômicas.

Diante destas circunstâncias, iniciou-se, em 1986, a implementação da Escola Família Agrícola de Tinguá. Agricultores articulados às ações dos membros da Igreja Católica lançaram a pedra fundamental de construção da escola no meio rural do município, voltada para o atendimento dos seus filhos/as, com o acompanhamento do Padre Paul Müller, designado para atuar na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Diocese de Nova Iguaçu. O Pároco de origem belga, destacou-se no trabalho com os agricultores da região de Tinguá<sup>1</sup>, município de Nova Iguaçu. Com origem no campo, o clérigo que exercia a função de diretor seminarista, idealizou a construção de um centro de desenvolvimento agrícola e uma escola para os filhos dos agricultores na propriedade que pertencia à Igreja. Mesmo após renunciar ao sacerdócio, no final dos anos 80, Müller mantinha laços estreitos com a Diocese de Nova Iguaçu, presidida pelo Bispo Dom Adriano Hypólito<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Corresponde à área de Reserva Biológica e rural do município de Nova Iguaçu.

<sup>2</sup> Nascido em Aracaju, em 18 de janeiro de 1918, Adriano Mandarin Hypólito foi ordenado padre em Salvador, em 1942. Sua ordenação como Bispo ocorreu na capital baiana, em 1963. Na Baixada Fluminense, manteve suas atividades na Igreja e seu trabalho social, voltado para população mais pobre.

As dificuldades da Escola Família Agrícola eram constantes. O analfabetismo, marcante entre os lavradores, era um grande obstáculo no alcance dos resultados desejados. Embora contassem com o auxílio dos membros da paróquia na promoção, desenvolvimento e integração dos agricultores, via cooperativas e associações, percebiam inúmeras dificuldades acerca dos seguintes objetivos: melhorar as condições de vida e a preservação do meio ambiente. A necessidade de investimentos significativos no processo educativo desses sujeitos era estratégica, visando a formação dos agricultores, com o intuito de preservar e desenvolver os saberes da educação popular na referida região (Oliveira, 2006).

Na proeminência dos anseios de agricultores e eclesiásticos da Diocese de Nova Iguaçu, foi inaugurada no ano de 1989, sob a coordenação de Paul Müller, a Organização não Governamental (ONG) EMFRAS – Emaús Fraternidade e Solidariedade, voltada para o auxílio dos moradores e agricultores da região. Ela tinha como objetivo principal desenvolver alternativas no intuito de amenizar a pobreza e a exclusão social da comunidade rural de Tinguá, através da oferta de escolarização para as crianças e os jovens da região.

Nos projetos pedagógicos eram propostos o desenvolvimento de temas voltados para educação ambiental e agroecologia, visando a formação de sujeitos capazes de exercerem sua cidadania de modo consciente, em busca da melhoria das condições de vida no território onde residem e trabalham. Para o sucesso desta tarefa, foram firmadas diversas parcerias com entidades nacionais e internacionais (públicas e privadas), tendo como propósito o aprimoramento dos projetos. Dentre as instituições parceiras, destacaram-se: Fundação Fé e Alegria do Brasil, Casa do Menor São Wolfgang de Dieburg – Alemanha, Providing Opportunities (DISOP) – Bélgica, Terra Humani – França, União das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), Comunidade Solidária, VIVA RIO, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Prefeitura Municipal da Cidade de Nova Iguaçu.

O Centro de Desenvolvimento Rural Integrado (CEDRI) visava a elaboração e a execução dos projetos alternativos de combate à pobreza e à exclusão social, por meio de trabalhos socioeducativos voltados às crianças e jovens agricultores, tendo como objetivo principal, a sustentabilidade local através da formação agroecológica. Pelo fato da origem belga, além de ter sido padre, reitor seminarístico e defensor das causas camponesas, Paul Müller tornou-se figura conhecida, respeitada e admirada na localidade, a ponto de angariar recursos através do estabelecimento de parcerias, não somente com pessoas e instituições de seu país natal, como também, entre os pequenos empresários e comerciantes locais. Essa dedicação contribui na concretização do seu antigo sonho: transformar uma parte do terreno da igreja, numa escola comunitária para os filhos de agricultores (Oliveira, 2006).



## Construção do imaginário da “Escolinha do Padre”

Em 1989, a aspiração de Paul Müller, por mais que parecesse utópica, tornou-se real com a inauguração da “Escola Comunitária Recanto das Crianças”. A propriedade possuía, em torno de, doze hectares. Esta instituição teve como proposta, estabelecer um elo entre escola, estudantes, professores, pais e comunidade, garantindo-lhes o apoio ao exercício pleno de seus direitos. A Escola Comunitária Recanto das Crianças iniciou suas atividades de maneira elementar. Ela oferecia a modalidade de ensino voltada para educação infantil, até a antiga 3ª série primária, em tempo integral. A docência na escola ficou sob a responsabilidade, inicialmente, das freiras. Devido à estreita relação entre o padre e a Diocese de Nova Iguaçu, na figura do Bispo Dom Adriano Hypólito, a escola ficou reconhecida no imaginário da comunidade local, como a “escola construída pelo padre”.

Na memória coletiva dos moradores de Tinguá, ouvia-se: “Escola do Padre” ou “Escolinha do Padre”. Este aspecto do imaginário coletivo possui uma perspectiva bastante relevante, pois está contido na memória e narrativa dos sujeitos que fizeram parte da construção da escola, assim como, da própria comunidade do entorno. Tais relatos, são expressos por João Pereira Sena<sup>3</sup>, um dos vários educadores populares que atuaram neste processo de implementação da escola. A referida “escolinha” adquiriu bastante notoriedade local, pois, além de ofertar a educação infantil, base da formação inicial, preparou os estudantes para o ingresso nas escolas públicas e/ou privadas do município de Nova Iguaçu. Fazia parte do universo da escola, as disciplinas confessionais, tradicionais e de educação popular. Buscava-se desenvolver com os estudantes, os saberes do campo, como, por exemplo, o cultivo e o manejo de hortas, além de diferentes atividades relacionadas à produção de gêneros agrícolas (aipim e hortaliças), bem como, criação de animais (aves e coelhos) negociados com o intuito de angariar fundos revertidos para a entidade.

Cabe ressaltar que todos os custos da escola eram equacionados por meio de doações, captadas por Paul Müller e parcerias estabelecidas com o setor privado, em especial, a extinta Pedreira Santo Antônio e o Colégio Fluminense, além de depósitos de bebidas e mercearias. Constatamos a soma de, aproximadamente, quarenta colaboradores articulados com o objetivo principal de fortalecer a “Escolinha do Padre”, como espaço de produção do conhecimento voltada para formação crítica dos estudantes de Tinguá. Além das contribuições locais, a

<sup>3</sup> Filho de agricultores, João Pereira Sena nasceu no interior da Bahia. Aos dezoito anos ingressou no ensino médio, onde teve seu primeiro contato com a Pedagogia da Alternância. Na fase adulta, devido a sua experiência, foi responsável, com Paul Müller e demais lideranças, pela implementação da alternância na E. M. Vale do Tinguá. Formado em Pedagogia pela ABEU – Associação Brasileira de Ensino Universitário. Atualmente atua na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu.

“Escolinha do Padre” contou com a contribuição e cooperação do Governo Belga, na figura do já mencionado pároco. Considerando a união da comunidade, o apoio da Diocese e a gerência do padre-fundador, o número de matrículas na escola foi ampliado, refletindo na quantidade de professores e funcionários, além de estender o espaço físico durante os anos de 1990 e 2000, para melhor acomodar a comunidade no entorno da escola.

### **A prática da pedagogia da alternância**

O que parecia um sonho materializou-se. Baseado nos preceitos freireanos, Paul Müller buscou novas alternativas de ensino, para fomentar metodologias e práticas que fizessem sentido no universo dos sujeitos que compunham a Escola Comunitária Recanto das Crianças. Foi quando, em meados dos anos 1990, ouviram-se rumores de práticas pedagógicas de ensino inovadoras desenvolvidas em outros estados do Brasil, especificamente Bahia e Espírito Santo. Tal método, denominado de Pedagogia da Alternância, além de valorizar os saberes locais e da terra, respeitava o tempo de semeadura e colheita, sem abandonar os currículos e a formação escolar. Com o intuito de conhecer mais sobre esta metodologia de ensino, a “Escolinha do Padre” solicita o envio de técnicos vindos da Bahia à Tinguá para iniciar a implementação de tal Pedagogia.

Devido à necessidade de conclusão das obras das novas instalações da instituição, que ocorriam paralelamente ao início da implantação da Pedagogia da Alternância, a metodologia foi posta em prática, experimentalmente, somente a partir do ano de 2001, por conta da finalização da construção e municipalização da escola. A alternância foi oficializada no ano seguinte como proposta pedagógica. Nesse processo, foi estabelecida uma parceria com o Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância Rei Alberto (CEFFA Rei Alberto), situado no Município de Nova Friburgo, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. A finalidade desta parceria era assessorar e capacitar profissionalmente os professores e funcionários, pois a escola friburguense, também organizada em cooperação com o Governo Belga, possuía bastante experiência em alternância e se aproximava da realidade de Tinguá. Segundo a Gestora Pedagógica Suzana Ferreira<sup>4</sup>, em entrevista concedida no ano de 2016:

<sup>4</sup> A professora Suzana Ferreira foi, até 2016 (ano da pesquisa), a Diretora Geral da E.M. de Agroecologia Vale do Tinguá. Ela foi uma das colaboradoras na implementação da Pedagogia da Alternância na Instituição.



A gente implantou aqui a Pedagogia da Alternância. Foi muito legal porque as crianças do segundo segmento tinham os projetos deles particulares em casa, a gente ia nas casas visitar, algumas crianças tinham plantação de morango, outros de quiabo, uns tinha um coelho, os outros uma horta, os professores iam visitar (...) a gente ia com eles nas casas, falava com eles: tá certo, tá errado, aqui o sol está desse jeito, as crianças iam, mudavam tudo de lugar. Tinham pais que estavam acostumados a plantarem eles mesmos, acontecia, mas não estava da maneira correta, então brigavam com as crianças, diziam que a vida inteira tinha feito assim, o professor ia lá, ajudava as crianças, era muito legal.

O relato da diretora, efetiva no cargo desde fevereiro de 1999 e bastante atuante na consolidação do processo de implementação da Pedagogia da Alternância, demonstra a importância do trabalho desenvolvido na localidade, fruto da associação dos esforços de diferentes sujeitos, entidades e instituições. A Pedagogia da Alternância surgiu de maneira a endossar, numa perspectiva filosófico-metodológica, toda a ideologia almejada pelos sujeitos da comunidade. Diante disso, foi proposto um modelo segundo a realidade local, aproveitando o princípio já estabelecido de ensino integral, no qual os estudantes permaneciam durante o dia na escola e realizavam as atividades alternadamente, semana, sim, semana, não (BICALHO, 2017).

Além da parceria estabelecida com a CEFFA de Nova Friburgo, a “escolinha do padre” contava, desde o final dos anos 1990, com o apoio técnico, científico e pedagógico da LICA – Licenciatura em Ciências Agrícolas, através da Professora Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A instituição promovia, junto à comunidade escolar e moradores, formação e capacitação a fim de proporcionar um maior desenvolvimento socioeconômico e educacional, valorizando as histórias de vida, identidades e memórias dos sujeitos, individuais e coletivos, do entorno.

### **A municipalização e desmonte da alternância em Nova Iguaçu**

Por mais que a Pedagogia da Alternância tenha se consolidado como metodologia eficaz, satisfazendo as necessidades pedagógicas dos estudantes, uma vez que incluía grande parte da comunidade, sua complexidade, tanto na aplicabilidade, quanto na compreensão por parte dos familiares, exigia grande investimento financeiro. Esta característica, contribuiu numa aproximação da escola com os entes públicos, principalmente, o poder municipal. Tais constatações, em especial ao aspecto financeiro, viabilizou o processo de municipalização da instituição, como forma de garantir a manutenção, bem como, a continuidade do que fora sistematizado (Sacramento, 2018).

O processo de municipalização da escola, por mais que parecesse benéfico, uma vez que a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu realizava diversas atividades, em parceria, com a

Instituição, através da EMFRAS e do CEDRI, tornou-se, com o passar dos anos, responsável pelo processo de desmonte da Pedagogia da Alternância em Tinguá. Gradativamente esta metodologia foi substituída, dando lugar aos currículos homogeneizadores e referenciados em conteúdos urbanocêntricos, propostos pela Secretaria Municipal de Educação. Foi priorizada a padronização e homogeneização de toda rede escolar, mediante metodologias voltadas para educação urbana, produzindo uma pedagogia do esquecimento dos saberes e das memórias dos povos do campo.

A conjuntura política e econômica do país, na transição dos anos 1990 para os anos 2000, encontrava-se bastante conturbada. A política neoliberal implementada pelo governo federal e apoiada pelo município, promoveu a falência de diversas empresas de pequeno porte que sucumbiram à concorrência dos grandes grupos e corporações, característico da globalização econômica. Empresários e comerciantes, parceiros da escola, reduziram seus custos por conta do cenário desfavorável. Alguns, inclusive, encerraram suas atividades, deslocando-se para outros territórios e outros simplesmente não resistiram. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, em que os recursos da instituição iam se exaurindo, o número de matrículas aumentava a ponto de serem cedidos, pela Secretaria Municipal de Educação, alguns profissionais, com o intuito de assegurar as atividades escolares. Motivado por este contexto, o corpo gestor da Escola Comunitária Recanto das Crianças decidiu estreitar a sua relação com o município através do processo de municipalização, pois sem a contribuição financeira dos parceiros locais, não haveria a possibilidade de manter toda estrutura a longo prazo.

A proximidade com a prefeitura e a opção pela municipalização não eram unânimes, pois divergências políticas entre a esfera municipal e estadual não permitiam o vislumbre de um futuro próspero, muito por conta do contexto econômico. Assim, a alternativa mais razoável para aquele momento foi a municipalização da Escola Comunitária Recanto do Saber, no ano de 2001. Com a municipalização, passa a se chamar Escola Municipal Família Agrícola Vale do Tinguá ou EFA Vale do Tinguá, através da lei municipal n.º 3.168, do ano de 2001<sup>5</sup>.

A implantação deste modelo inovador encontrou bastante resistência na sua implementação. Para os pais e responsáveis dos estudantes, alternar o tempo escola, com o tempo comunidade, significava, devido à influência do imaginário da população, pautado na educação formal, um longo período de “férias”. Este senso comum, de que apenas o espaço físico escolar personifica o ambiente do conhecimento é, segundo Gimonet (2007), um grande

<sup>5</sup> O processo de municipalização da escola consta no Diário Oficial do Município de Nova Iguaçu. As informações sobre o contexto pelo qual ocorreu a incorporação da instituição ao quadro das escolas da cidade foram adquiridas através das entrevistas realizadas com Suzana Ferreira e João Pereira Sena.

equivoco a ser quebrado pela alternância, enquanto, ela estabelece uma série de atividades que podem ser desenvolvidas nestes tempos e espaços alternados.

O autor apresenta uma série de ferramentas pedagógicas e atividades, como, por exemplo: Plano de Estudo; Estágio; Colocação em Comum; Tutoria; Coletivos de Jovens; Visita à Família e Comunidade; Visita e Viagem de Estudo; Serão de Estudo; Colaboração Externa; Cadernos Didáticos; Fichas de Trabalho; Atividade de Retorno-experiência; Projeto do Jovem Empreendedor Rural; Avaliação Semanal; Avaliação formativa e um dos pilares da alternância, o Caderno de Vida ou Caderno da Realidade, instrumento pelo qual os filhos dos agricultores podem assegurar uma *“observação e análise direta da prática agrícola e estabelecer um elo entre a experiência, da vida familiar, social e o período escolar”* (Gimonet, 2007, p. 32).

Para proporcionar o estreitamento do diálogo entre familiares, estudantes e escola, foi criada, em abril de 2001, a Associação dos Profissionais Agrícolas de Tinguá (ASPAT), colaborando na organização e inserção da pedagogia da alternância, enquanto proposta pedagógica. Nas diversas tentativas de articulação, a preocupação maior foi com a conscientização dos sujeitos, individuais e coletivos, envolvidos com as especificidades da alternância, bem como, sua importância acerca das questões escolares, mas, principalmente, dos seus valores humanos e emancipadores, em diálogo com os saberes oriundos da natureza (Campos; Lobo, 2016).

Nesta perspectiva, a escola no seu processo de resistência, mesmo municipalizada, não perdeu as suas características iniciais. Ela não se converteu, apenas, num espaço de reprodução do conhecimento previamente selecionado pelo poder público municipal. Ao contrário, ela permaneceu mantenedora e multiplicadora dos desígnios da educação popular, composta pelos significados dos saberes da escola pública, da educação que emancipa, concernente à política, classista dos segmentos populares e de educação informal que esses segmentos trazem e produzem entre eles (Campos; Lobo, 2016).

As atividades desenvolvidas na escola eram norteadas pelos princípios estabelecidos na EMFRAS, previstas desde a sua fundação no findar dos anos 1980. Seus principais objetivos eram a educação voltada para as questões éticas na relação entre os seres humanos e o meio ambiente, visando o respeito mútuo e a sustentabilidade. Esses valores foram se afirmando com o passar dos anos, a ponto de serem incorporados ao Projeto Político Pedagógico (PPP) que abarcava os fundamentos da Pedagogia da Alternância, bem como, os princípios do pensamento freireano e Freinet (2004), reconhecedor dos saberes dos sujeitos locais. Assim, as tradições experienciais, teóricas e formais eram garantidas em todo o processo de ensino/aprendizagem.

Mesmo recebendo financiamento estrangeiro do governo belga, por conta da articulação diplomática de Paul Müller, além da visibilidade conquistada na imprensa nacional, por meio de diversas reportagens sobre a Pedagogia da Alternância desenvolvida na instituição, a escola passou por uma reviravolta. Toda evidência não foi compreendida pelo município como algo benéfico. Nas memórias dos moradores, os méritos advinham dos esforços da comunidade, na medida que, mesmo municipalizada, a escola era conhecida popularmente como a “escola do padre”. Esses elementos de persistência da memória dos moradores são extremamente significativos. Aliado a isso, o fato de ser afastada da região central da cidade e se tratar de uma área rural, com o passar dos anos, esse aspecto dificultava a dinâmica da escola. Por ser municipal, ela necessitava de professores concursados para lecionar as disciplinas regulares, com base nos princípios da pedagogia da alternância.

A distância do centro urbano estigmatizou a escola de Tinguá, assim como as demais, passando a ser reconhecida por aqueles que ingressavam em seu quadro funcional, com as seguintes características: 1) local de possibilidade de acréscimo salarial, devido ao pagamento pelo município, de auxílio de difícil acesso; 2) desinteresse, por estar entre as últimas escolas selecionadas pelos recém-concursados, por conta da distância e ordem de chamada dos classificados; 3) incompatibilidade, por conta da falta de adaptação e/ou empatia dos profissionais com o trabalho na educação do campo e a Pedagogia da Alternância. Tais profissionais estão condicionados aos currículos urbanos; 4) o caráter punitivo das escolas do campo na visão de gestores, uma vez que, devido à distância e a dificuldade de acesso, acabam servindo como espécie de punição geográfica, conforme a visão inescrupulosa de agentes públicos que desprezam a educação plural e popular. Esses fatores corroboraram para que, gradativamente, a instituição perdesse suas particularidades, autonomia administrativa e educacional.

O fator crucial para que a alternância fosse abandonada, em detrimento ao ajuste da escola ao currículo regular de ensino de caráter urbanocêntrico foi, asseguradamente, a escassez de recursos<sup>6</sup>. A prefeitura, além reduzir o aporte financeiro, atrasou o repasse da verba para manutenção da escola, causando o endividamento das demais instituições que funcionavam em parceria, bem como, os colaboradores contratados de forma temporária ou prestadores de serviços que executavam as atividades extracurriculares, dentre eles: agrônomos, técnicos agrícolas, apicultores e operadores de máquinas. Para angariar fundos e garantir os salários dos

<sup>6</sup> Vale ressaltar que este apontamento do desmonte da autonomia da Escola de Agroecologia Vale do Tinguá, a partir da municipalização, converge nas falas de Suzana e Sena. Ambos destacaram que ao se enquadrar no currículo municipal, a Escola perdeu parte da relação com o ensino voltado para realidade local, privilegiando uma organização curricular com características “urbanas”.

funcionários, a instituição passou a negociar os próprios bens adquiridos durante os anos de funcionamento, ocasionando, assim, a desconstrução, no ano de 2007, da Pedagogia da Alternância em Nova Iguaçu.

### **Considerações finais**

O desinteresse dos gestores municipais que não enxergavam a importância da especificidade da instituição, paradoxal ao modelo de ensino urbano, a necessidade do controle da prefeitura sobre a autonomia da instituição e da própria comunidade escolar, o descuido do poder público com o compromisso no repasse das verbas e a desinteresse com a educação popular e de qualidade, foram os principais fatores que inviabilizaram a alternância em Tinguá. O desmonte do modelo pedagógico promoveu a descaracterização do ensino e todo o trabalho de valorização dos saberes dos agricultores locais que contribuíram na construção da história de Nova Iguaçu.

Mesmo com o encerramento da alternância, as memórias dos sujeitos, individuais e coletivos, diretamente envolvidos na história da “escola do padre”, permitiram-nos refletir sobre a importância deste processo, ao desenterrar, segundo a filosofia Benjaminiana, a “memória soterrada”, reinterpretando tal história, a contrapelo (BENJAMIN, 1994; LOWY, 2005). Assim, a rememoração deste período possibilita, além de reflexões sobre a Pedagogia da Alternância, a contemplação da abertura de novos espaços de resistência, tendo em vista que os saberes tradicionais e plurais dos povos do campo (re)ocupam tais espaços, que foram, por algum motivo, silenciados, soterrados ou esquecidos, num determinado período, em detrimento dos interesses do capital hegemônico opressor.

Por outro lado, como elementos que nos acalentam diante das angústias experimentadas, estas memórias ainda se encontram profundamente vívidas nas falas destes sujeitos, individuais e coletivos. Elas estão presentes, não apenas nos espaços físicos e/ou arquitetônicos, mas, principalmente, na vida cotidiana. Aos pesquisadores, educadores, educandos, pais, comunidades e movimentos sociais, cabe a missão de escavá-las, revisitá-las e reinterpretá-las, propondo, desta maneira, novas perspectivas de reflexões que contribuam para emancipação dos sujeitos, individuais e coletivos.

## Referências

- ALENTEJANO, Paulo R. *A evolução do espaço agrário fluminense*. GEOgraphia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Ano 7. N. 13. 2005.
- BEGNAMI, J. B. Uma Geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil. In: UNEFAB – *Documentos Pedagógicos*. Distrito Federal: Cidade Gráfica e Editora Ltda, 2004. p. 3-20.
- BENJAMIN, W. *Teses sobre o Conceito de História*. In: Magia e Técnica; Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BICALHO, Ramofly; OLIVEIRA, JEAN RUBYO. *Interfaces entre educação profissional e pedagogia da alternância*. SÉRIE-ESTUDOS (UCDB), Campo Grande, MS, v. 22, n. 46, p. 195-212, set./dez, 2017.
- BICALHO, Ramofly; ABBONIZIO, A. C. O. *A Pedagogia da Alternância e a Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: o ensino médio e a formação de educadores do campo*. Dialogia (UNINOVE. Impresso), São Paulo, n. 23, p. 69-79, jan/jun, 2016.
- BICALHO, Ramofly. *História da educação do campo no Brasil e a pedagogia da alternância*. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 20, n.3, p. 79-90, Setembro/Dezembro 2017.
- CALDART, R. S. *Educação do Campo (verbete)*. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CAMPOS, M. L; LOBO, T. *Educação, Cinema, Movimentos Sociais e Povos do Campo no Estado do Rio de Janeiro*. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p.65-83, 2016.
- FREINET, Célestin. *Pedagogia do bom senso*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 25ª Ed. 2002.
- GIMONET, J. C. *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs*. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007.
- LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. *Revolução Verde: Impactos sobre os Conhecimentos Tradicionais*. Rio Grande do Sul. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017.
- LOWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo. 2005.
- MOLINA, M. (org). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília, MDA, 2006.





NOSELLA, P. *Origens da pedagogia da alternância no Brasil*. Vitória-ES: EDUFES. 2012.

OLIVEIRA, Sirle, Brum. *Projeto de Vida e Trabalho dos Jovens no Contexto das Novas Ruralidades: o caso dos estudantes da EFA de Tinguá/RJ*. Viçosa-MG: Dissertação (Mestrado), UFV, 2006.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SACRAMENTO, Clodoaldo Ferreira de Oliveira; OLIVEIRA, Vanessa do Sacramento Florenço da Conceição; CAMPOS, Marília Lopes de. Pedagogia da alternância: memória de sua práxis no município de Nova Iguaçu/RJ. Anais do Caderno de resumos do II Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins. Palmas-TO, 2018. In:  
<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1103/1/II%20Congresso%20Internacional%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo%20da%20UFT.pdf>

SACRAMENTO, Clodoaldo Ferreira de Oliveira. Escolas do campo, memórias, paisagem geográfica em Nova Iguaçu e reserva biológica de Tinguá. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seropédica – RJ, 2018.

SILVA, L. H. *As experiências de Formação de Jovens do Campo: alternância ou alternâncias*. Curitiba: CRV, 2012.